

Fontes paroquiais em bases digitais: o projeto “Além do Centro-Sul” e o estudo da história das populações luso-brasileiras

Parish sources on digital bases: The Beyond Center-South Project and the Portuguese-Brazilian population studies

Israel Aquino Cabreira 

Tomás Lacerda Spindler Guedes 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: tomas.lacerda.guedes@gmail.com; israell.aquino@gmail.com

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editores convidados

Ana Pereira Ferreira
Leonor Dias Garcia
Ofélia Sequeira

Dossiê

Paleografia e
Diplomática na senda
das Humanidades
Digitais: caminhos
e propostas

Como citar:

CABREIRA, Israel
Aquino; GUEDES, Tomás
Lacerda Spindler.
Fontes paroquiais em
bases digitais: o projeto
Além do Centro-Sul e
o estudo da história
das populações luso-
brasileiras. Revista
LaborHistórico, v.10,
n.1, e63291, 2024. doi:
[https://doi.org/10.24206/
lh.v10i1.63291](https://doi.org/10.24206/lh.v10i1.63291)

Resumo

Este trabalho é resultado de uma pesquisa em andamento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, e está inserido em um projeto mais amplo, denominado “Além do centro-sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América”, cujo objetivo é constituir uma ampla base de dados a respeito da população dos territórios portugueses e, depois, brasileiros, durante os séculos XVIII e XIX, de modo a avançar na investigação dos regimes demográficos que os caracterizaram. O projeto é uma iniciativa interinstitucional, iniciada em 2008, e tem buscado a padronização de procedimentos metodológicos para coleta e tratamento de fontes documentais, possibilitando análises comparadas no tempo e espaço. A iniciativa promove a indexação de bases documentais, principalmente de cunho eclesiástico, a partir do uso do software NACAOB, possibilitando a reconstituição de famílias a partir da metodologia proposta por Fleury e Henry. Até o momento, foram cadastrados mais de 175 mil registros, abrangendo número superior a

830 mil indivíduos. Para este estudo, estabelecemos como recorte a documentação paroquial da freguesia de Triunfo, situada na capitania do Rio Grande de São Pedro, entre meados do século XVIII e início do século XIX.

Palavras-Chave

Fontes Eclesiásticas, História das Populações, Humanidades Digitais, NACAOB.

Abstract

This work is the result of an ongoing research at the Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil, and is part of a broader project called “Beyond the Center-South: for a history of the colonial population in the extremes of Portuguese domains in America”, which objective is to build a broad database about the population of Portuguese and, later, Brazilian territories, during the 18th and 19th centuries, in order to advance the investigation of the demographic regimes that characterized the region. The project is an inter-institutional initiative, started in 2008, and has sought to standardize methodological procedures for collecting and processing document sources, enabling comparative analyses in time and space. The initiative promotes the indexing of document bases, mainly of an ecclesiastical nature, using the NACAOB software, enabling the reconstitution of families using the methodology proposed by Fleury and Henry. To date, more than 175 thousand records have been registered, covering more than 830 thousand individuals. For this study, we established as a sample the documentation of the parish of Triunfo, located in the Rio Grande de São Pedro Captaincy, between the mid-18th and early 19th centuries.

Keywords

Parish sources, Population History, Digital Humanities, NACAOB.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns *insights* iniciais de uma pesquisa em andamento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, cujos temas norteadores dialogam com a História Social e os Estudos Populacionais. O presente estudo está inserido em um programa mais amplo, denominado “Além do centro-sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América”, projeto integrado que é coordenado no Brasil pela professora Ana Sílvia Volpi Scott, do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO), da Unicamp, e que desde 2008 vem articulando pesquisadores de diferentes áreas e instituições em torno do objetivo de constituir uma ampla base de dados pública a respeito da história das populações do período colonial e imperial brasileiro, de modo a contribuir

para o avanço da discussão a respeito dos regimes demográficos que organizaram o desenvolvimento da população brasileira no passado.

Nesse sentido, o trabalho de diversos pesquisadores e estudantes que se envolveram no projeto ao longo dos últimos 13 anos contribuiu não apenas para a constituição de um banco de dados que já conta com milhares de registros indexados, em um período superior a dois séculos, mas permitiu, também, a publicação de vários estudos, abrangendo diferentes temporalidades e regiões, e contribuindo para o avanço da compreensão das dinâmicas populacionais presentes tanto no período final da colonização portuguesa da América, como durante a formação e desenvolvimento do Império Brasileiro¹.

Em que pesem os desafios colocados, especialmente de ordem estrutural e financeira, a iniciativa encontra-se já em sua quarta fase, e tem avançado na indexação de extensa documentação nominativa dos séculos XVIII e XIX, maioritariamente registros paroquiais produzidos em diferentes freguesias da América Lusa e do Brasil imperial – registros de batismos e casamentos, e também óbitos, em menor número. Nesse sentido, nossa proposta de pensar as “fontes paroquiais em bases digitais” assume um duplo significado: por um lado, remete à proposta original do projeto Além do Centro-Sul, de indexar e preservar estas fontes em um *database* que permita a disponibilização e manipulação destas informações por um número crescente de pesquisadores, de modo a empregar as ferramentas proporcionadas pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação para alavancar a produção e circulação do conhecimento a respeito da história social e demográfica brasileira. Mas, por outro lado, demarca a importância de projetos de cunho público e privado que, nos últimos anos, têm contribuído para disponibilizar estas fontes documentais, através da digitalização e publicação de documentação de caráter diverso – como é o caso da plataforma FamilySearch.org², que têm sido o principal canal de acesso às fontes que estão sendo indexadas na fase atual do trabalho.

¹ Entre outros, podemos citar: SCOTT, A. S.; SCOTT, D. (2009). “NACAOB: una opción informatizada para historiadores de la familia”. In: CELTON, D. et al. Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación. Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, p. 171-85.; SCOTT, A. S.; SCOTT, D. (2012). “Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro”. In: BOTELHO, T.; LEEUWEN, M. História social: perspectivas metodológicas. Belo Horizonte: Veredas & cenários, p. 83-108.; CAMILO, Nathan. (2016) – De “o nome e o como” para “o nome além do como”: estudo de trajetórias e práticas de nomeação. *História Unicap* [Em linha]. n. 3, n. 6, p. 363-374. [Consult. 28 de setembro de 2021]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5766765>.; FREITAS, Denize. (2017). *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS. Tese de Doutorado.; NADALIN, S.; SCOTT, D. (2017). Além do Centro-Sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América (projeto integrado). *Revista Brasileira de Estudos de População* [Em linha]. v. 34, n. 3, p. 649-657. [Consult. 28 de setembro de 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/svN9jXfCJfSLgVMTzymDdLx/?lang=pt->; SCOTT, Dario. (2020). *Livres e escravos: população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872)*. Campinas: IFCH/ UNICAMP. Tese de Doutorado.

² O FamilySearch é uma plataforma online criada em 1999 e mantida pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Salt Lake City, USA), que tem por objetivo promover a digitalização e disponibilização de registros documentais variados, com destaque para registros religiosos e civis de diversos países. Trata-se, portanto, de um portal privado, utilizado sobretudo por genealogistas e pesquisadores afins, mas que têm demonstrado potencial relevância para o trabalho

Assim, a partir de situações identificadas em nossas fontes e no trabalho de leitura e indexação, buscamos contribuir para o debate proposto pela presente coletânea, levantando algumas questões que identificamos a partir do manejo das fontes manuscritas em bases computacionais, bem como sua transformação em um outro tipo de *corpus* a partir do trabalho de indexação, ou seja, um banco de dados digital. Mas, antes disso, buscamos fazer uma breve apresentação do *locus* de pesquisa que serviu como recorte para a produção deste ensaio, bem como do projeto no qual este estudo está inserido.

Locus da pesquisa: a freguesia de Bom Jesus do Triunfo

O surgimento da povoação de Triunfo, em meados do século XVIII, parece estar relacionado à posição estratégica onde esta se situava, junto à confluência dos rios Taquari e Jacuí (na época referidos como Tibiquary e Guahyva). Essa localidade, distante cerca de 10 léguas a lés-nordeste da Fortaleza de Jesus, Maria, José do Rio Pardo, configurava-se como importante passagem para as tropas e funcionários da Coroa Lusa envolvidos, então, na demarcação de terras decorrentes do *Tratado de Limites*, também chamado Tratado de Madrid (1750)³, e mais tarde nos conflitos ocasionados pelo fracasso deste. Além disso, a ocupação da região por súditos da Coroa Portuguesa configurava-se como tarefa prioritária, a fim de garantir o princípio do *uti possidetis*⁴, preceito norteador do acordo recém firmado entre as coroas ibéricas.

A localidade que mais tarde se tornaria a sede da nascente freguesia aparece referida na cartografia do período como “Forquilha” ou “Porto da Forquilha”, referência ao ponto de convergência entre os referidos rios, e mais tarde como “Freguesia Nova”, nos anos iniciais de sua ocupação, em referência à recente emancipação da freguesia de Viamão. Já a ampla região situada ao sul do rio Jacuí, costeando a Laguna do Patos até a altura da foz do Camaquã, aparece frequentemente referida como “Terra dos Tapes”, em referência a expressiva ocupação indígena daquele território.

A ocupação portuguesa da localidade iniciou-se em 1747, com a chegada do português Manuel Gonçalves de Meirelles à chamada sesmaria da Piedade, cuja

de historiadores por preservar e disponibilizar de forma gratuita – embora restrita – fontes documentais importantes para o estudo das populações do passado – em nosso caso, os registros paroquiais produzidos para a capitania do Rio Grande de São Pedro nos séculos XVIII e XIX.

³ Tratado firmado em 13 de janeiro de 1750, entre os reis João V, de Portugal, e Fernando VI, da Espanha, com o objetivo de definir os limites entre suas colônias sul-americanas. Visando substituir o Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Limites implicou na cessão da Colônia de Sacramento ao domínio espanhol, enquanto a região das missões jesuíticas guaranis e grande parte do Continente do Rio Grande de São Pedro passava a ser território português. A resistência oferecida por jesuítas e guaranis às tentativas de ambas as Coroas em proceder à demarcação do Tratado levou ao episódio conhecido como Guerras Guaraníticas.

⁴ *Uti possidetis iuris* é um princípio do direito internacional segundo o qual o direito à terra está vinculado à posse factual da mesma, e que foi adotado pelas coroas ibéricas como princípio orientador no Tratado de Limites de 1750.

concessão seria oficializada pelo governador Gomes Freire em outubro de 1754 (Freitas, 1985, p. 15; Rocca, 2009, p. 481). Além de Meirelles, também receberam sesmarias na região seus concunhados Francisco da Silva e Francisco Xavier de Azambuja, todos casados com filhas do potentado senhor Jerônimo de Ornellas Vasconcelos de Menezes, um dos precursores da povoação do Continente de São Pedro, cuja família havia se fixado inicialmente em Viamão (Kuhn, 2006, p. 77; Aquino, 2019, p. 84). O próprio Jerônimo de Ornellas mudaria sua sede para Triunfo nos anos seguintes, tendo sua família extensa exercido papel relevante na conquista e povoamento da região.

A primeira missa no local onde depois seria construída a capela foi celebrada no ano de 1753. Por ocasião da concessão da dita sesmaria da Piedade, situada justamente na região do Porto da Forquilha, ficou obrigado Manoel de Meirelles a reservar meia légua quadrada “*para o rocio da freguesia e povoação*” (Rubert, 1994, p. 76), onde teriam se instalado os primeiros povoadores. A instalação da capela, mais tarde matriz de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, se deu por determinação de portaria do bispo do Rio de Janeiro, Dom Francisco Antônio do Desterro, de 04 de setembro de 1756 (*Idem*). O padre português Thomas Clarque, primeiro pároco, ficou responsável pela organização da terceira freguesia do Continente de São Pedro. Segundo Arlindo Rubert, a freguesia “*estendia-se desde a Serra Geral numa distância de sete léguas até a serra do Herval no Rio Camaquã*” (*Idem*). Além da sede de Triunfo, a política de assentamentos da Coroa Portuguesa implicou também na instalação de casais açorianos em localidades próximas, nomeadamente em Taquari e na Tranqueira de Santo Amaro, que ficaram sob jurisdição de Triunfo a partir de 1761, sendo, porém, desmembradas já nos anos seguintes. A instalação da primeira paróquia, denominada Senhor Bom Jesus de Triunfo, viria a ser oficializada em 09 de janeiro de 1787, sendo a freguesia elevada a vila no ano de 1831, quando o Brasil já havia se emancipado do domínio português.

Esse território de configurações bastante amplas passou a receber, já nos primeiros anos de sua ocupação, fluxos cada vez maiores de súditos lusitanos, de modo que no último quartel do século XVIII já é possível perceber na cartografia e na documentação sesmarial um aumento no número de estâncias ao sul do Jacuí, situadas principalmente ao largo da Laguna dos Patos, mas também costeando o Arroio dos Ratos, na região central do Continente, avançando sobre território outrora indígena. Por outro lado, junto com os novos povoadores viriam numerosos cativos de origem africana ou afrodescendente. O Rol de Confessados produzido pelo padre Clarque para o ano de 1758 indica a existência de, pelo menos, 155 escravizados na recém criada freguesia (sendo 110 na sede e 45 na Tranqueira). Isso correspondia a 30,6% da população anotada para aquele ano, de 507 almas ao todo. Já o mapa populacional da capitania do ano de 1798 mostra um total de 1094 escravos na sede, correspondendo a 38,2% da população total. Em que pese o fato destes números poderem ter sido

subestimados, essa expressiva presença cativa converge com dados identificados para outras regiões do Continente, como Viamão, em meados do século XVIII (Kuhn, 2006; Aquino, 2019) ou Alegrete, no início do século seguinte (Farinatti, 2011). O expressivo aumento da população escravizada no período também é um indicativo importante da ampla inserção da mão-de-obra cativa no contexto socioeconômico da região.

Os indícios da presença dessa população escravizada contrastam, por sua vez, com certos apagamentos que podem ser percebidos na documentação, especialmente no que se refere à presença da população ameríndia. Esta presença pode ser melhor percebida a partir dos livros paroquiais, notadamente os registros de batismo, embora seja frequentemente omitida – ou dissimulada – em outras fontes documentais. Esse é o caso, inclusive, do Rol de Confessados de 1758, único remanescente do período, que cita nominalmente apenas 11 indígenas, todos vivendo sob condição de escravidão ou em regime de administração particular⁵. Os registros paroquiais, entretanto, demonstram que essa presença seria bem mais expressiva – o que nos leva a questionar as razões pelas quais essa população era ocultada nas fontes.

Podemos aventar diferentes razões para essa situação. O primeiro elemento a se considerar diz respeito à própria ocupação da região de Triunfo, ainda recente e em processo de construção. Nesse contexto, podemos supor que parte da população nativa local não estava inserida nos círculos de sociabilidade mantidos pelos colonizadores, especialmente por se tratarem de populações não aldeadas. Deste modo, faz sentido pensar que uma parcela da população indígena não participasse mais diretamente da vida comunitária, podendo inclusive vir a oferecer resistência ao processo de ocupação europeu. Por outro lado, o período de formação da freguesia de Triunfo coincide com a promulgação do Diretório dos Índios⁶, datado de 1757, que reforçou a proibição da escravidão indígena nas possessões portuguesas, o que fez com que os colonizadores, por vezes, adotassem expedientes que procuravam dissimular a servidão. Assim, podemos conceber que parte da população ameríndia que se achava agregada em algumas estâncias, ou mesmo em cativeiro, possa ter tido sua condição étnica omitida dos registros documentais.

Outro elemento a se considerar diz respeito às práticas de hierarquização e classificação típicas das sociedades de Antigo Regime, que eram em parte mimetizadas

⁵ Instituto que estabelecia as condições pelas quais os colonos europeus poderiam empregar a mão-de-obra indígena nos domínios portugueses na América, mormente sob a justificativa da incapacidade destes, e sob a alegação de prover-lhes o sustento e orientação espiritual. John Monteiro (1994) advoga que o sistema de administração funcionava, grosso modo, como um logro para esconder a escravização da mão de obra nativa, embora essa tese seja por vezes contestada, ou pelo menos relativizada.

⁶ O Diretório dos Índios foi um conjunto normativo que determinou o encerramento das atividades das missões coordenadas pelos jesuítas, e estabeleceu uma política de aldeamentos, criando o cargo de Diretor de Índios. Fixou, ainda, normas para a distribuição de terras, comercialização e taxação da produção agrícola, bem como para o emprego da mão-de-obra ameríndia. Reforçou, também, tentativas anteriores de proibição da escravização indígena, à exceção dos casos de guerra justa (Aquino, 2019, p. 121).

nas possessões europeias d’Além Mar, embora atravessadas por particularidades locais. Sendo aquela uma sociedade profundamente hierarquizada, percebemos que os distintivos sociais que classificavam e sujeitavam cada indivíduo poderiam influenciar, também, a forma como estes eram representados nas fontes. Se isto era verdade para as camadas dominantes daquela população, identificadas nos registros por seus cargos e patentes, também o era para as camadas subalternas; contudo, apesar desse ímpeto categorizador característico, podemos notar que tais classificações não eram necessariamente objetivas, e frequentemente respondiam à normas locais de sociabilidade e costume que podem escapar a um observador menos atento.

Essas práticas também poderiam dar causa, entre outras, a situações onde certos marcadores étnicos ou sociais eram evidenciados ou, pelo contrário, omitidos – ou ainda, transformados com o passar dos anos, o que torna o trabalho com fontes do período mais interessante, em nossa opinião. Assim, temos exemplos de indivíduos nascidos de uniões mistas, comumente entre um homem branco e uma mulher de outra etnia, que poderiam ter sua condição social omitida, caso seu progenitor fosse uma figura de prestígio e distinção. Por outro lado, observamos nos registros de batismo casos onde a forma como a condição social ou étnica de um indivíduo ia sendo transformada ao longo dos anos, à medida que este lograva galgar posições nas hierarquias locais – por limitada que fosse esta possibilidade. Tais práticas e expedientes ficam em evidência na leitura da documentação paroquial, que no caso de Triunfo traz informações ricas a respeito das hierarquias e classificações sociais que organizavam aquela comunidade. Retomaremos este ponto ao longo do texto, à medida que avançamos na apresentação e discussão de nossas fontes. Assim, passamos agora a apresentação do projeto onde este trabalho está inserido.

O projeto Além do Centro-Sul

O projeto “Além do Centro-Sul” é uma iniciativa integrada e interinstitucional, que agrega pesquisadores de diferentes instituições do Brasil, além de contar com colaboradores em Portugal. Iniciado nos idos de 2008, trata-se de um projeto de longo fôlego, que tem buscado a padronização de procedimentos metodológicos para a coleta e o tratamento de fontes, possibilitando análises comparadas no tempo e espaço. Como objetivos, busca-se avançar na investigação dos regimes demográficos que caracterizaram os territórios da América Portuguesa e, posteriormente, do Império Brasileiro, além de contribuir para a ampliação dos debates a respeito da História das Populações no Brasil (Nadalin & Scott, 2017, p. 650).

O projeto também traz contribuições para a preservação do acervo documental de cunho eclesiástico concernentes, principalmente, ao período colonial nas regiões Norte, Nordeste e extremo sul da América Portuguesa, possibilitando a ampliação dos estudos demográficos e colocando ênfase na produção de estudos integrados,

que permitam fomentar a análise tanto de especificidades locais, como de aspectos mais gerais (*Idem*).

Assim, o projeto se articula em torno da necessidade de se compreender a complexidade da dinâmica demográfica a partir do conceito de “regimes demográficos”⁷ e, ao mesmo tempo, se mobiliza pelo necessário resgate de suas fontes. Como objetivos de longo prazo, o projeto ambiciona construir um banco de dados público, a ser acessado a partir de site específico (*Idem*, p. 652).

A iniciativa promove a indexação de bases documentais de cunho paroquial a partir do uso do software NACAOB (acrônimo para Nascimentos, Casamentos e Óbitos, que são os três principais tipos de registros cadastrados no sistema). Desenvolvido e coordenado pelos professores Dario Scott e Ana Silvia Scott, do NEPO/UNICAMP, o NACAOB é utilizado para indexação dos registros e administração do banco de dados, possibilitando a reconstituição de famílias a partir da metodologia proposta por Michel Fleury e Louis Henry (1965). A base busca manter fidelidade aos documentos originais, padronizando as informações e possibilitando, assim, um amplo leque de estudos comparativos.

Os resultados acumulados abrangem mais de 175 mil registros cadastrados, abrangendo número superior a 830 mil indivíduos distribuídos em 31 freguesias. Ao todo, são 8 projetos derivados em andamento, sendo executados de forma simultânea. Na atual fase do projeto, que é coordenado na UFRGS pelo professor Fábio Kuhn e tem como integrantes os estudantes Israel Aquino, Tomás Guedes e Fabiana Cândido, estamos trabalhando com a indexação dos registros paroquiais da freguesia sul-rio-grandense de Triunfo, em um período de vai de meados do século XVIII até o início do século XIX.

Conforme aponta Hameister (2006), o emprego das fontes paroquiais apresenta diversas vantagens para a pesquisa histórica. A autora destaca o fato das fontes de origem eclesíastica, especialmente os registros de batismos, casamento e óbitos, serem especialmente adequadas para o desenvolvimento de estudos na área de História Social, posto que estavam entre as fontes mais democráticas, por cobrirem os diferentes estratos sociais e, por consequência, um número maior de indivíduos. A utilização dos registros de batismo como fonte primária, por exemplo, tem sido empregada em diferentes pesquisas no campo da história social e demografia. Entre as possibilidades de pesquisa, podemos apontar a investigação do crescimento populacional natural e absoluto; a análise de períodos de transição demográfica; o levantamento de taxas de natalidade; o estudo de índices de legitimidade, naturalidade e exposição de crianças; pesquisas sobre práticas de nomeação como estratégia social; e a formação de redes, clientelas e hierarquias a partir do parentesco ritual (compadrio), entre outros. Além

⁷ Conceito da área dos estudos populacionais que especifica um conjunto de relações e mecanismos que regulam a organização social, seja da reprodução biológica de uma população, seja da reprodução do conjunto de relações que orientam a apropriação social dos meios de vida disponíveis (Rowland, 1997).

disso, estudos sobre a própria instituição do batismo têm buscado desvelar os ritos e normas envolvidas nestas cerimônias.

Por outro lado, quando levamos em conta que também eram batizados agentes sociais provenientes de matrizes culturais não católicas, como negros e indígenas, abre-se outro leque de possibilidades para a interrogação destas fontes. Um exemplo disso é a investigação das práticas de negociação e aliança entre brancos e indígenas, seladas através de cerimônias batismais. Ou a construção de hierarquias no interior das escravarias, engendrada em torno da instituição do compadrio e suas múltiplas configurações, que normalmente envolviam agentes de todos os estratos sociais. Ou, ainda, a problematização das complexas relações firmadas entre senhores e escravos – ou administrados –, quando o batismo e o compadrio poderiam ser utilizados como moeda de troca, visando à garantia de lealdade dos subalternos, em troca, por vezes, de acesso a melhores condições de trabalho, um pedaço de terra, dentre outras aspirações dessas gentes. O que buscamos demonstrar, portanto, é que o uso destas fontes pode possibilitar diversas abordagens e problematizações, especialmente quando as coleções preservadas se encontram completas, como ocorre no caso de Triunfo. Assim, passamos a seguir a apresentar elementos de nossa rotina de trabalho com estes registros, buscando demonstrar como se dá a passagem deste *corpus* documental para bases digitais que constituem nosso projeto.

A rotina de trabalho com os livros de Triunfo

Para o recorte no qual atualmente estamos trabalhando, existem seis livros de registros referentes à freguesia de Triunfo, separados por tipo de evento (batismos, casamentos e óbitos) e classificação social dos indivíduos (*cor*/condição jurídica). São estes os livros de batismos de “Índios, pardos e pretos” (1757-1782); batismos de “Branco” (1757-1786); batismos da comunidade açoriana da “Tranqueira” de Santo Amaro (1757-1774); matrimônios de “Índios, pardos e pretos” (1758-1817); matrimônios das “Pessoas brancas” (1757-1777); e, enfim, o livro de óbitos, que reúne todos os falecimentos registrados na freguesia (1757-1799). Os documentos originais são mantidos pelo Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (AHCMPA), que cedeu imagens microfilmadas ao portal FamilySearch.

Sendo assim, é no FamilySearch que nosso trabalho começa. É necessário um breve e gratuito cadastro na plataforma para ter acesso aos documentos. Existem diversas ferramentas de pesquisa, o que pode causar certa confusão nos primeiros contatos com o acervo. Um recurso que se mostrou particularmente útil é a página que reúne *links* para todos os municípios do atual estado brasileiro do Rio Grande

do Sul⁸ que possuem registros disponíveis na plataforma. Através desse endereço, podemos encontrar os livros de Triunfo e também os documentos de diversas outras freguesias da região.

Após a localização do livro procurado, inicia-se o trabalho com as imagens. O FamilySearch oferece funções como ampliação da imagem e ajuste de contraste e brilho, o que facilita a leitura, principalmente nas páginas mais danificadas. Além disso, também há a opção de fazer o download das imagens (com um número diário de descargas limitado), o que possibilita a análise das fontes sem conexão à rede. A plataforma também fornece, na própria página de navegação, a referência completa à imagem que o usuário seleciona. Partindo das páginas digitalizadas dos livros da freguesia de Triunfo, seguimos para adicionar os registros à base de dados do NACA OB.

O acesso ao software atualmente é restrito a integrantes do projeto “Além do Centro-Sul”, e se dá através de cadastro realizado pelo administrador da plataforma. Cada membro pode visualizar e editar a base de dados à qual sua pesquisa está associada, sendo que cada base corresponde a uma freguesia ou paróquia. Nosso grupo está atualmente vinculado à base “28 – BR, RS, Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo”, que corresponde ao subprojeto dedicado à indexação dos registros daquela freguesia.

Também compõe nossa rotina de trabalho o acesso ao fórum do NACA OB, mantido no ambiente virtual Moodle. É através do fórum que os colaboradores do projeto têm acesso às planilhas geradas a partir dos dados registrados no programa. As planilhas são geradas pelos administradores do sistema, periodicamente ou sob demanda dos pesquisadores, e são disponibilizadas no fórum Moodle correspondente à base de dados em questão.

Nosso atual esforço, no entanto, não consiste em uma transcrição literal das fontes: antes, nosso objetivo é preencher as fichas do software NACA OB com as informações dos eventos e dos indivíduos envolvidos nos registros da freguesia. No presente texto, trataremos especificamente do livro de batismos dedicado aos “Índios, pardos e pretos”, por ter sido este o primeiro dos documentos eclesiais cujos dados transcrevemos para a plataforma.

Sendo um programa especialmente desenvolvido para receber informações de registros paroquiais da América Portuguesa, o NACA OB oferece ao usuário campos a serem preenchidos com informações padronizadas que cobrem virtualmente todas as possibilidades de atributos ou características dos indivíduos que aparecem nas fontes. Para exemplificar como as informações são inseridas no programa, vejamos o batismo de Florencia, que consta nas primeiras páginas do livro de batismos de “Índios, pardos e pretos”. O *fac-simile* do registro e sua respectiva transcrição podem ser observados abaixo:

⁸ Esta página pode ser acessada através do enlace <https://www.familysearch.org/search/image/index?owc=https://www.familysearch.org/service/cds/recapi/sord/collection/2177295/waypoints>.

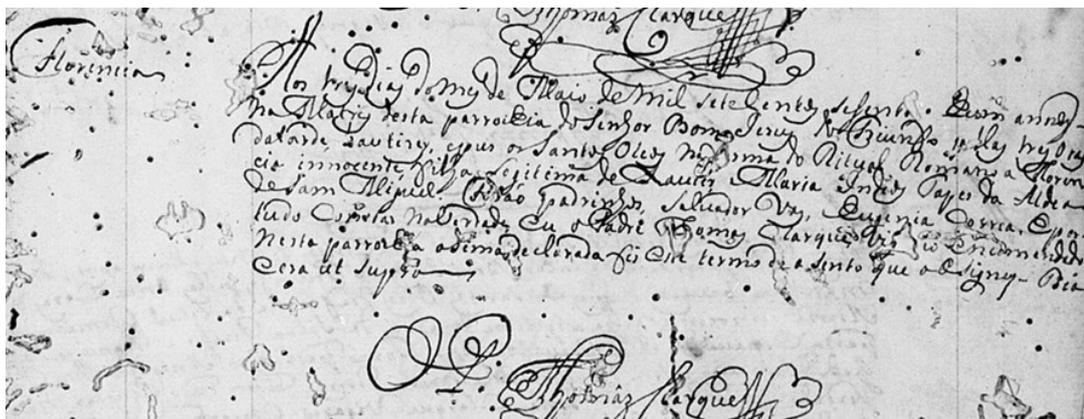


Figura 1. Fac-símile do registro de batismo de Florença.

Fonte: Plataforma FamilySearch.

“Florença

Aos tres dias do mes de Maio de mil setecentos sessenta e hum annos na Matriz desta parochia do Senhor Bom Jesus do Triunfo pellas tres Oras da tarde bautizey e pus os Santos Oleos na forma do Ritual Romano a Florença innocente filha legitima de Xavier e Maria indios tapes da Aldea de Sam Miguel. Forão padrinhos Salvador Vas e Eugenia Correa. E por tudo constar na verdade eu Padre Thomas Clarque vigario encomendado nesta parochia asima declarada fis este termo de asento que assigney. Dia e era et supra.”

O registro de Florença exemplifica o modelo seguido pelo padre Thomas Clarque, pároco da freguesia, ao longo de todo o livro. Por seu esmero na caligrafia e na padronização dos registros, Clarque se destacou em comparação aos párocos que lhe sucederam, jamais abrindo mão das formalidades orientadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*, legislação eclesiástica vigente na América Portuguesa no século XVIII⁹. Trechos como “*bautizey e pus os Santos Oleos na forma do Ritual Romano*”, e também “*eu Padre Thomas Clarque vigario encomendado nesta parochia asima declarada fis este termo de asento que assigney. Dia e era et supra*”, aparecem em todos os batismos registrados. Além disso, Clarque não falha na suntuosidade de sua assinatura, feita abaixo de cada registro e num dos cantos de cada página.

⁹ As *Constituições Primeiras* foram um código canônico publicado em 1707 sob a autoridade do Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide, que tinham por objetivo regular as diversas esferas do cotidiano religioso das possessões portuguesas na América, oferecendo uma adaptação das normas eclesiásticas à realidade local. Embora tenham sofrido algumas modificações ao longo dos anos, as *Constituições* permaneceram vigentes até o final do período imperial brasileiro, em 1889.

No entanto, os principais dados que nos interessam para alimentar a base de dados são sobre os indivíduos: nomes, naturalidades, relações e atributos. Na imagem a seguir, vemos como fica o registro deste batismo no sistema:

Ord	RFA	REV	Nome	Sexo	EC	CJ	Cor	Leg	Indivíduo	Proprietário	NAT	RES	OCP	ASS	RCA	ID
0			Florencia	F			1	L	817099		532	1	1	1		0,000
1	PA		Xavier	M	C		4		817100		4529	1	1	1		0,000
2		PD	Salvador Vaz	M			1		817101		1	1	1	1		0,000
3	MA		Maria	F	C		4		817102		4529	1	1	1		0,000
4		MD	Eugenia Correa	F			1		817103		1	1	1	1		0,000

Figura 2. Registro de batismo de Florencia no banco de dados NACAOB.

Na parte superior da ficha constam informações gerais do evento, como localização do arquivo, nome da fonte, data do batismo, observações e nome do padre que ministrou e/ou registrou o acontecido. Essa divisão das tarefas eclesiais é frequentemente útil nos casos onde o pároco registra um batismo que foi ministrado por outro religioso, ou mesmo por um leigo que o tenha ministrado por necessidade. Também podemos ver, na parte superior do formulário, um número (no caso do batismo de Florencia, 105223) que corresponde ao código do batismo, informação que facilita a localização do mesmo nas planilhas de extração de dados geradas posteriormente.

No centro da janela ficam os atributos e informações de cada participante. Na imagem acima, como está selecionado na lista o nome de Xavier, pai de Florencia, podemos ali consultar e editar seus dados. À exceção dos campos “Nome” e “Observação”, que recebem informações diretamente digitadas pelo usuário, as outras informações, como “Cor”, “Naturalidade” e “Condição Jurídica”, são selecionadas de uma lista de possibilidades previamente cadastradas na base de dados. Ao clicar no campo “Cor”, por exemplo, pode-se selecionar uma dentre diversas opções, entre as quais “Preto(a)”, “Crioulo(a)”, “Branco(a)” e “Índio(a)”. Esse formato facilita a padronização dos dados e evita a inserção de variações que dificultem a análise dos mesmos.

Caso a fonte apresente alguma informação que não exista na base de dados do software, como uma localidade, um padre ou uma ocupação específica, existe a possibilidade de cadastrar a nova palavra para que ela fique disponível na lista desejada. Essa função é essencial, visto que diariamente usuários de diferentes partes do Brasil e do mundo registram na plataforma diferentes documentos que apresentam variadas informações, mas também pode levar a algumas repetições ou variações indesejadas, principalmente no cadastro de localidades. O manual de uso do NACAOB (SCOTT, 2013) propõe uma padronização para as naturalidades e residências que está aplicada à localização que observamos no cadastro de Xavier: abreviação do país, abreviação do estado, região e município. Cada localidade cadastrada possui um código (no exemplo da aldeia de São Miguel, 4529) que, ao ser digitado no campo específico, preenche automaticamente as informações atreladas ao código. No entanto, frequentemente alguma localidade acaba sendo cadastrada fora da padronização sugerida, o que acaba alimentando a base com diferentes opções (e diferentes códigos) para um mesmo local. Ainda assim, para além dessa dificuldade específica para algumas toponímias, a padronização das informações na base de dados é uma facilitadora valiosa das possíveis análises e interpretações dos registros feitos na plataforma.

Finalmente, na parte inferior do formulário do batismo, temos a lista de todos os indivíduos envolvidos no evento, cada qual com suas principais informações simplificadas em siglas ou códigos na horizontal ao lado de seus respectivos nomes. Para editar ou consultar com mais detalhes o cadastro de cada indivíduo, basta selecioná-lo na lista. Sobre Xavier, podemos ver na tabela, por exemplo, que sua “RFA” (Relação familiar) com a batizanda é de “PA” (pai), e que sua cor é “4”, código correspondente à designação “Índio(a)” na base de dados. Podemos observar também que Maria é a mãe (MA) de Florencia e que também recebe a caracterização de “Índio(a)” (código 4). Já para Salvador Vaz e Eugenia Correa observamos respectivamente as siglas “PD” e “MD” na coluna “REV”, o que significa que suas relações para com o evento são de padrinho e madrinha. Já na coluna “Cor”, ambos recebem o código 1, correspondente a indeterminado, já que no livro não há menção à mesma. A familiaridade com o formato, os códigos e as abreviações tornam a lista de indivíduos um importante recurso na navegação e interpretação de cada evento cadastrado.

Dentro do *software*, os eventos podem ser consultados e editados individualmente. No entanto, o maior potencial para análises e cruzamento de informações é oferecido pelas planilhas de extração de dados. Para os batismos, existem dois tipos de planilha: uma para os eventos em si, onde cada linha contém as informações de um batismo e de seus principais participantes (batizandos, padres, pais, mães e os proprietários, no caso de escravizados), e a de indivíduos, onde cada linha corresponde a um sujeito cadastrado na base de dados, incluindo aqueles que não aparecem na outra planilha (padrinhos, madrinhas, avós maternos e paternos, entre outros). Na

imagem a seguir, vemos em destaque o batismo de Florença, em meio a todos os outros batismos ordenados numericamente por seus respectivos códigos:

CodBat	BaseBat	CodBat	CodBat	Rel Fam	IRELEV	Atribut	Nome	Nome padronizado	Sexo	EC	CJ	Cor	Leg	IdadeD	IdadeM	IdadeR	GP	Idade	IOBS	Obs	Natural	Residência	Ocupação	Faixa
817030	28	105211					Francisco Francisco	M					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817035	28	105212					Maria Maria	F					SUPOSTO	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817041	28	105213					Domingos Domingos	M					N	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817045	28	105214	817048				(?) NULL	M			E		L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817051	28	105215					João João	M					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817056	28	105216	817058				Maurícia Maurícia	F					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817062	28	105217	817064				Miguel Miguel	M			A		N	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817067	28	105218	817070				Antônio Antônio	M			E		Preto(a)	L	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817073	28	105219	817077				Ignácia Inácia	F					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817079	28	105220	817081				Paula Paula	F			E		L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817085	28	105221					Joaquim Joaquim	M					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817094	28	105222					Ana Ana	F					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817099	28	105223					Florença Florença	F					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817112	28	105224	817115				Manoel Manoel	M			E		L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817118	28	105225	817120				Bernardo Bernardo	M					N	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817123	28	105226					Bonifácio Bonifácio	M					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817128	28	105227	817131				Ana Ana	F					E	L	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817134	28	105228					Alberto Alberto	M					N	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817138	28	105229	817141				Marta Maria	F			E		L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817144	28	105230					Eutrásia Eutrásia	F			E		Preto(a)	N	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817148	28	105231	817151				Manoel Manoel	M					E	L	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817154	28	105232	817156				Ana Ana	F					N	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817159	28	105233					Margarida Margarida	F			I		I	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817168	28	105234					Cloro Cloro	F			L		L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817177	28	105235	817179				Theresa Tereza	F			E		N	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	
817182	28	105236	817185				Andreza Andreza	F					L	0	0	0	0	0	0	0	BR, RS, Fre	NÃO DECI	NÃO DECI	

Figura 3. Registro de batismo de Florença na planilha de extração de dados do NACAOB.

Seguindo a linha do evento no sentido do ordenamento alfabético das colunas, encontram-se os dados gerais e as informações de outros participantes do batismo. Já na próxima imagem temos um recorte do outro tipo de planilha gerada pelo NACAOB, a planilha de indivíduos:

CodBat	BaseBat	CodBat	CodBat	Rel Fam	IRELEV	Atribut	Nome	Nome padronizado	Sexo	EC	CJ	Cor	Leg	Assinat	IdadeD	IdadeM
817086	28	105221					Francisco Luiz watozo	Francisco Luiz watozo	M				L		Sem assin	0
817085	28	105221					Joaquim	Joaquim	M				L		Sem assin	0
817089	28	105221		PM			Maria Luis	Maria Luis	F						Sem assin	0
817090	28	105221		MP			Miguel de (M?)	Miguel	M						Sem assin	0
817088	28	105221		PP			Salvador Matoso	Salvador Matoso	M						Sem assin	0
817094	28	105222					Ana	Ana	F				L		Sem assin	0
817098	28	105222			MD		Eugénia Correa	Eugénia Correa	F						Sem assin	0
817095	28	105222		PA			Francisco	Francisco	M				C		Sem assin	0
817097	28	105222		MA			Micacela	Micacela	F				C		Sem assin	0
817096	28	105222					Salvador Vaz	Salvador Vaz	M						Sem assin	0
817103	28	105223			MD		Eugénia Correa	Eugénia Correa	F						Sem assin	0
817099	28	105223					Florença	Florença	F				L		Sem assin	0
817102	28	105223		MA			Maria	Maria	F				C		Sem assin	0
817101	28	105223			PD		Salvador Vaz	Salvador Vaz	M						Sem assin	0
817100	28	105223		PA			Xavier	Xavier	M				C		Sem assin	0
817116	28	105224			PD		Antonio	Antônio	M				E		Sem assin	0
817113	28	105224			817115 PA		Gabriel	Gabriel	M				C		Sem assin	0
817115	28	105224			SR		Luis Alves Coelho	Luis Alves Coelho	M				L		Sem assin	0
817112	28	105224			817115		Manoel	Manoel	M				E		Sem assin	0
817117	28	105224			MD		Maria	Maria	F				E		Sem assin	0
817114	28	105224			817115 MA		Maria	Maria	F				C		Sem assin	0
817119	28	105225			817120 MA		Antonia	Antônia	F				S		Sem assin	0
817118	28	105225			817120		Bernardo	Bernardo	M				E		Sem assin	0
817121	28	105225			PD		Francisco (Xavier?) de Souza	Francisco Xavier NULL	M						Sem assin	0
817120	28	105225			SR		José Martins Faleiro	José Martins Faleiro	M				L		Sem assin	0
817122	28	105225			MD		(?) da Conceição	NULL NULL Conceição	F						Sem assin	0
817127	28	105226			MD		Antoni? Correa	Antoni Correa	I						Sem assin	0

Figura 4. Exemplo de planilha com dados dos indivíduos cadastrados.

Na seleção em destaque, observamos o cadastro de Florença e de todos os indivíduos que compõem seu batismo. Eles estão assim dispostos pois a tabela foi ordenada a partir do código do batismo, na coluna correspondente, que é compartilhado por

todos os membros de um mesmo evento. Acima e abaixo da seleção, aparecem os indivíduos relacionados a outros batismos.

São muitas as possibilidades de análise a partir das planilhas geradas pelo NACAOB. Através de um simples ordenamento das informações a partir de colunas como, por exemplo, “Cor”, “Condição jurídica” ou “Naturalidade”, pode-se obter interessantes panoramas demográficos da população registrada pelo pároco. Já o ordenamento por nome, ou até por nome do proprietário, no caso dos indivíduos escravizados, pode auxiliar na análise da trajetória de indivíduos específicos, pois ficam facilmente observáveis as diferentes menções a uma mesma pessoa que são feitas na fonte, independente dos diferentes papéis que ela pode ocupar nos eventos, facilitando a aplicação do método de busca onomástica, conforme proposto por Ginzburg e Poni (1989). Tal recorte também poderá mostrar-se útil para estudos de práticas nominativas, por exemplo, no caso dos batizados. Além disso, as listagens, quando ordenadas de acordo com o código dos eventos e exportadas para softwares específicos, também podem ser úteis para a produção de análises das redes sociais formadas por aquelas comunidades, tomando como base, por exemplo, o expediente do compadrio, prática importante em comunidades católicas de Antigo Regime.

A rotina de preenchimento de fichas no NACAOB a partir dos livros paroquiais também apresenta uma série de desafios, principalmente para os bolsistas da graduação que estão tendo suas primeiras experiências essas fontes. O mais evidente é o da interpretação paleográfica em si. Uma leitura errônea dos registros pode levar a um cadastro equivocado no banco de dados. Sendo o NACAOB um software multiusuário, que gera planilhas que podem ser compartilhadas entre pesquisadores, esses descuidos podem acabar prejudicando o trabalho daqueles que fazem uso das tabelas.

Um segundo desafio a enfrentar é a tentação de inferir significados para certas lacunas na caracterização dos indivíduos que emergem das fontes. Sendo parte de um amplo projeto que busca contribuir para a reconstituição de populações de um passado remoto, é compreensível que o trabalho seja acompanhado por certa ânsia em cadastrar o máximo de detalhes sobre cada indivíduo, o que pode afetar a interpretação da fonte e levar à inserção de informações inexatas sobre os habitantes da freguesia.

Em relação à cor, por exemplo, o pároco Thomas Clarke costumava identificar somente os indivíduos considerados pardos, pretos, índios ou crioulos, sem fazer menção a brancos. À exceção das menções encontradas nas folhas de rosto dos livros de batismo e matrimônios dedicados às “pessoas brancas”, a palavra “branco” não aparece nos registros eclesiásticos de Triunfo efetuados pelo padre. O mesmo ocorre para a designação “livre”, que não figura entre as condições jurídicas indicadas. Sendo assim, sujeitos tidos como brancos aparecem por vezes nos registros com suas patentes militares, suas posições de proprietários de escravos, sua origem detalhada, com

local de nascimento e o nome dos pais, ou, na ausência de tais distinções, apenas com nome e sobrenome, sem menção à cor ou à condição legal.

Isso pode levar ao falso entendimento de que um indivíduo que não tem especificadas sua cor e sua condição jurídica é branco e livre. Porém, ao longo do documento, é possível perceber que as caracterizações dadas pelo pároco a uma mesma pessoa podem variar com o passar do tempo. O exemplo mais nítido se dá nos batismos em que indígenas assumem o papel de padrinhos e madrinhas. Quando aparecem como pais e mães de crianças batizadas, recebem caracterizações como “do gentio da terra” ou “índios” de determinado povo, região ou aldeia, como no caso dos pais de Florencia. No entanto, quando são padrinhos e madrinhas, figuram nos registros apenas com nome e sobrenome, podendo assim ser facilmente tomados como indivíduos brancos.

Tais ocorrências evidenciam a riqueza desta tipologia documental para o estudo das hierarquias sociais e costumes que atravessavam àquela sociedade marcada por reminiscências do Antigo Regime, conforme comentamos acima. A maneira como eram representadas nos sucessivos registros, à medida que se alternavam nas posições de pais e padrinhos das crianças que eram batizadas em Triunfo, falava não apenas dos indivíduos que estavam sendo identificados nas fontes, mas das classificações sociais que assumiam ou que lhes eram imputadas, da forma como eram vistas perante seus pares, e também da maneira como o pároco local buscava ordenar e representar seu rebanho. A ausência de certas características sociais e jurídicas ou, mais importante, a sua transformação com o passar dos anos, como se verá, reforça a necessidade do cuidado dos pesquisadores em se ater ao conteúdo dos registros, mas também de trabalhar constantemente com cruzamentos nominativos e conhecer as classificações sociais que ordenavam aquela sociedade, a fim de não incorrer em imprecisões proporcionadas por uma leitura apressada.

Diante destas considerações, passamos agora para a apresentação e problematização de nosso *corpus*, destacando as potencialidades de pesquisa oferecidas pelo *database* constituído a partir da transcrição destes registros.

Transformando fontes paroquiais em bases digitais

Inserimos na base de dados de Triunfo um total de 631 registros de batismos realizados pelo vigário Thomas Clarke no livro dedicado aos “Índios, pardos e pretos” da freguesia.

A seguir, foram geradas as tabelas consolidadas para eventos e indivíduos desse recorte, conforme demonstrado acima. A partir das tabelas geradas pelo NACAOB, existem variadas possibilidades de análise a serem realizadas, especialmente quando partimos dos atributos e classificações sociais usadas pelo pároco. É importante

destacar que não consideramos, nesse levantamento inicial, a repetição de indivíduos. Por exemplo, se a indígena Rosa Maria aparece como mãe no batismo de três crianças diferentes, ela é somada três vezes ao número de batismos com mães indígenas. Interessa-nos, pelo menos por hora, observar as diferentes classificações sociais que surgem nos registros, por isso voltamos nossa atenção para o total de batismos, e não para a individualização de seus participantes. A seguir, vemos a tabela que cruza a cor e a condição jurídica das mães presentes nessas cerimônias:

	Preta	%	Parda	%	Índia	%	Crioula	%	Sem designação	%	Total	%
Escrava	213	96,4	67	57,3	0	0	11	78,6	21	33,3	312	50,7
Forra	6	2,7	47	40,2	0	0	3	21,4	0	0	56	9,1
Administrada	0	0	1	0,9	0	0	0	0	0	0	1	0,2
Sem designação	2	0,9	2	1,7	200	100	0	0	42	66,7	246	40
Total	221	100	117	100	200	100	14	100	63	100	615	100

Tabela 1. Relação entre cor e condição jurídica das mães.

Fonte: Livro 1 de batismos de “Índios, pardos e pretos” de Triunfo.

Na Tabela 1, observamos a alta taxa de escravização das mães pretas de batizados: 96,4% de um total de 221 batismos com mães pretas. Entre as denominadas crioulas, também se apresenta uma porcentagem significativa de cativas, em que pese apenas 14 mães terem sido caracterizadas dessa forma nos registros analisados. Já entre as mães pardas, é nítido o alto percentual de alforriadas em comparação com as outras designações étnicas.

Cabe ressaltar, contudo, que na América Portuguesa as categorias que entendemos como de cor possuíam significados mais complexos do que simples referências à condição étnico-racial dos indivíduos. Dependendo de sua posição social, uma pessoa poderia ser percebida (e registrada) de diferentes maneiras. Nesse sentido, a citada taxa de alforria entre as forras pode significar, por exemplo, que as mulheres alforriadas eram mais caracterizadas como pardas, e não necessariamente que as escravizadas pardas tinham mais chances de alcançar a alforria. Uma possibilidade proporcionada pelas planilhas do NACAOB que ainda não exploramos é a de comparar as diferentes caracterizações que um indivíduo recebe do pároco ao longo de sua vida. No entanto, nossas observações preliminares já apontam que variações ocorriam com frequência entre pessoas consideradas pretas, pardas e indígenas.

A tabela também evidencia a ambiguidade que envolvia a caracterização social e jurídica da população indígena nos registros eclesiais do período. As mães caracterizadas como “do gentio da terra” jamais recebem designações como escrava, forra ou administrada, ficando todas como indeterminadas. Destaque para a quase absoluta ausência de menções à administração indígena ao longo do livro, o que coaduna com as restrições colocadas a partir da publicação do Diretório de 1757, conforme mencionamos.

A única pessoa especificada como administrada em todo o período analisado é “Apelônia”, mãe do menino Miguel, batizado em 23 de junho de 1759, conforme registro abaixo. Administrada por Izabel Correia, Apelônia recebe a caracterização de parda.

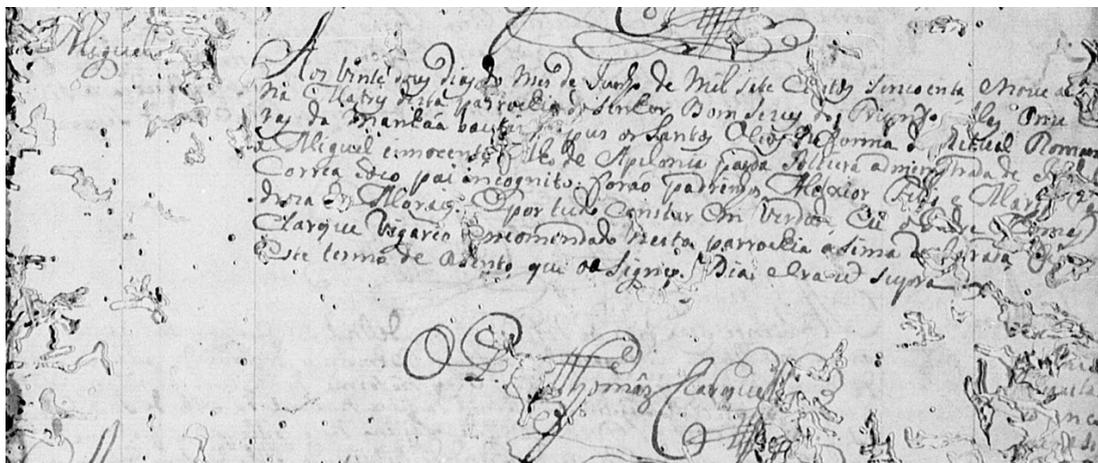


Figura 5. Fac-símile do registro de batismo de Miguel.

Fonte: Plataforma FamilySearch.

Na próxima tabela, relacionamos a legitimidade das crianças batizadas à cor designada para as mães:

	Preta	%	Parda	%	Índia	%	Crioula	%	Sem designação	%	Total	%
Legítima	125	56,6	75	64,1	165	82,5	9	64,3	45	71,4	419	68,1
Natural	88	39,8	36	30,8	27	13,5	4	28,6	9	14,3	164	26,7
N. consta	4	1,8	2	1,7	2	1	0	0	2	3,2	10	1,6
Pai suposto	4	1,8	4	3,4	6	3	1	7,1	7	11,1	22	3,6
Total	221	100	117	100	200	100	14	100	63	100	615	100

Tabela 2. Relação entre legitimidade das crianças e cor das mães.

Fonte: Livro 1 de batismos de “Índios, pardos e pretos” de Triunfo.

Nas últimas colunas, observamos a alta taxa total de legitimidade das crianças batizadas na freguesia: 68,1% de um total de 615 batismos. A taxa total de naturalidade, contemplada pelos filhos de mães presentes e pais incógnitos, é de 26,7%. Os casos cuja legitimidade “não consta” são aqueles em que temos pai e mãe presentes, mas não aparece a palavra “legítimo” sobre o filho. Já os registros de pai suposto são aqueles em que a mãe “deu por pai” a um indivíduo, cujo nome consta no registro, mas o filho não é considerado legítimo.

Os registros que não foram considerados na Tabela 2 são aqueles sem mãe presente: foram nove crianças expostas, abandonadas e acolhidas em casas cujos moradores geralmente se tornavam seus padrinhos; duas crianças para as quais constou apenas

que “não se sabe dos pais”; e enfim, cinco batismos de indivíduos adultos¹⁰. Ao contrário das crianças, que são caracterizadas apenas como “inocentes”, esses indivíduos recebem do pároco as classificações sociais de cor e condição legal. Todos os cinco são escravos, e quatro deles são especificados como pretos, ficando um sem cor.

Por seu turno, nas colunas que cruzam a legitimidade com as diferentes designações de cor atribuídas às mães, temos a maior taxa de legitimidade entre as indígenas (82,5%), e a menor entre as mães consideradas pretas (56,6%). Assim, a possibilidade de se levantar tais informações a partir das planilhas geradas pelo NACAOB indicam a potencialidade desse *database* enquanto ferramenta para o desenvolvimento de estudos demográficos.

Nas próximas tabelas, temos a distribuição das designações de cor e condição jurídica, primeiro entre os pais, e depois entre os padrinhos:

	Preto	%	Pardo	%	Índio	%	Crioulo	%	Sem designação	%	Total	%
Esravo	120	93	19	20,2	0	0	2	50	21	28	162	35,9
Forro	9	7	75	79,8	0	0	2	50	0	0	86	19,1
Administrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sem designação	0	0	0	0	149	100	0	0	54	72	203	45
Total	129	100	94	100	149	100	4	100	75	100	451	100

Tabela 3. Relação entre cor e condição jurídica dos pais.

Fonte: Livro 1 de batismos de “Índios, pardos e pretos” de Triunfo.

	Preto	%	Pardo	%	Índio	%	Crioulo	%	Sem designação	%	Total	%
Esravo	23	54,8	18	25	0	0	2	50	44	8,9	87	14
Forro	7	16,7	43	59,7	0	0	1	25	0	0,0	51	8,2
Administrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0
Livre	0	0	0	0	0	0	0	0	70	14,1	70	11,3
Sem designação	12	28,6	11	15,3	6	100	1	25	383	77,1	413	66,5
Total	42	100	72	100	6	100	4	100	497	100	621	100

Tabela 4. Relação entre cor e condição jurídica dos padrinhos.

Fonte: Livro 1 de batismos de “Índios, pardos e pretos” de Triunfo.

É notável, na Tabela 4, o grande número de padrinhos que não recebem nenhuma designação além dos nomes próprios: 66,5% de um total de 621 padrinhos. Também surpreende a baixa ocorrência de padrinhos caracterizados como

¹⁰ Destacamos a presença de poucos indivíduos adultos sendo batizados em Triunfo, o que pode indicar que, por se tratar de uma região de expansão territorial e de fronteira com os domínios disputados pelos espanhóis, esta freguesia se caracterizava pelo recebimento de indivíduos já batizados, seja no porto de origem, seja na sua chegada ao Brasil, convergindo com as práticas já estudadas e apontada pelo estudo de Mariza Soares (2000), entre outros.

indígenas, principalmente quando colocada em contraste com a grande ocorrência de pais indígenas na Tabela 3: são 149 pais indígenas, número maior do que qualquer outra designação de cor, e apenas 6 padrinhos.

Muitas podem ser as razões para essa discrepância. Para tentar interpretar tais informações, é valioso o apontamento de Hameister sobre a natureza das fontes batismais: elas não foram produzidas para estimar o número de fiéis, nem para evidenciar as hierarquias sociais de uma freguesia, mas sim para marcar momento do ingresso de um indivíduo na vida cristã e o estabelecimento de laços espirituais (Hameister, 2011, p. 6).

Além disso, os padrinhos e madrinhas seriam cristãos provavelmente bastante presentes na vida religiosa da comunidade (*Idem*, p. 10). Nesse sentido, é válido considerar que, por estarem ocupando no evento de batismo o lugar de padrinhos, que exige um certo reconhecimento por parte do vigário e dos demais cristãos locais, seja dispensado o uso de certos marcadores sociais para certos indivíduos.

Ainda assim, acreditamos que a baixa ocorrência de padrinhos registrados como indígenas merece ser melhor investigada. Indo nessa direção, e aproveitando para exemplificar como o NACAOB e as planilhas geradas pelo mesmo podem ser úteis para a análise de trajetórias individuais através dos registros paroquiais, apresentaremos brevemente o caso de Lourenço de Ornelas, um dos indivíduos que aparece nos registros de batismo da freguesia.

A primeira menção a Lourenço no livro de batismos de “Índios, pardos e pretos” é feita no registro de seu filho Feliz, em 26 de julho de 1760. Tanto Lourenço quanto sua esposa, Maria da Luz, são considerados “do gentio da terra”, ou seja, indígenas. Além de nome, cor e naturalidade dos pais, o pároco também registra o nome e a naturalidade dos avós paternos e maternos do batizando. Assim, ficamos sabendo que Lourenço, natural das Minas Gerais, é filho do já citado Jerônimo de Ornelas, natural da Madeira, e Maria Frágoso, índia natural das Minas; e Maria da Luz, natural “das vizinhanças de Montevideú”, é filha de Domingos Lopes e Isabel Ribeiro, naturais da mesma região. Completando a lista, são citados Francisco da Silva e sua esposa Maria Lemes Barbosa, respectivamente padrinho e madrinha da criança.

O batismo do menino Feliz chama a atenção por motivos diversos. Em primeiro lugar, Lourenço e Maria são as únicas pessoas de todo o livro de “Índios, pardos e pretos” que são declaradas como indígenas e têm, ao mesmo tempo, os nomes de seus pais registrados, seguindo o modelo usado geralmente para pessoas brancas. O uso excepcional desse modelo provavelmente advém do segundo ponto interessante do evento: o já citado pai de Lourenço, o madeirense Jerônimo de Ornelas, era importante terratenente, sendo ele e sua parentela ocupantes de grandes estâncias da região (Aquino, 2019, p. 86).

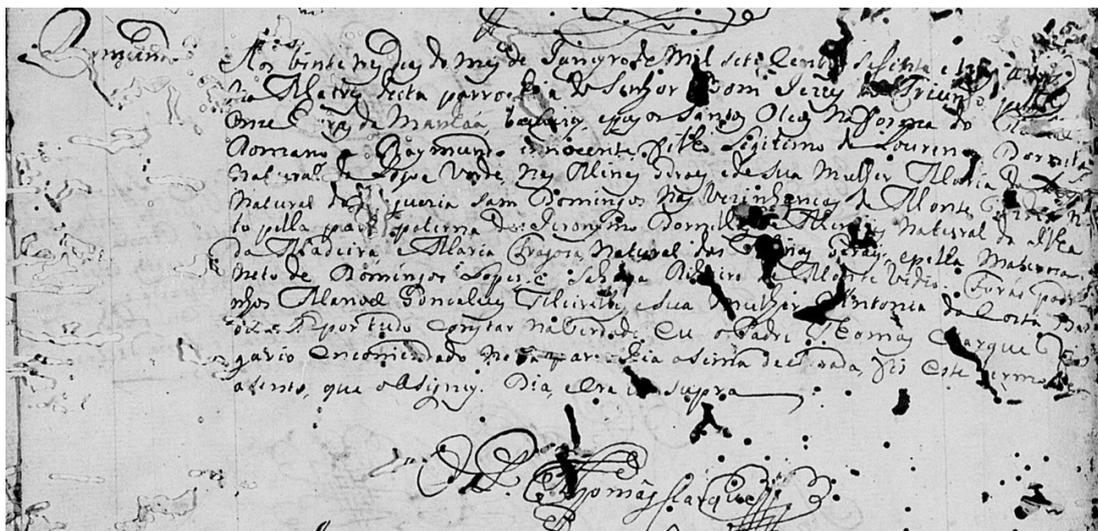


Figura 6. Fac-símile do registro de batismo de Raimundo.

Fonte: Plataforma FamilySearch.

A segunda menção a Lourenço se dá no batismo de seu filho Raimundo, em 23 de janeiro de 1763. O registro segue o mesmo modelo e apresenta as mesmas informações que o batismo de Feliz, mudando somente a escolha dos padrinhos, sendo escolhidos Manuel Gonçalves Meireles e Antônia da Costa Barbosa como pais espirituais de Raimundo.

Além de Feliz e Raimundo, outros seis filhos e filhas de Lourenço de Ornelas e Maria da Luz têm seus batismos registrados pelo pároco Thomas Clarke. No entanto, diferentemente dos dois primeiros, os registros posteriores seguem o modelo de informações comum aos casais indígenas do livro de “Índios, pardos e pretos”: constam somente o nome, a naturalidade e a etnia dos pais, e o nome dos padrinhos, sem menção aos avós paternos e maternos. Na imagem a seguir, ordenamos a tabela de indivíduos por ordem alfabética para gerar um recorte de todas as menções feitas a Lourenço de Ornelas no livro, seja como pai ou como padrinho:

CÓD. BATISMO	REL. BAT	REL. EV.	Nome	Sexo	EC	COR	Naturalidade	Data Batismo
105263	PA		Lourenço de Ornelas	M	C	Indio(a)	Minas Gerais	1763-01-23
105740	PA		Lourenço de Ornelas	M	C	Indio(a)	Minas Gerais	1770-04-15
106429	PA		Lourenço de Ornelas	M	C	Indio(a)	Minas Gerais	1775-02-28
105304	PA		Lourenço de Ornelas	M	C	Indio(a)	Minas Gerais	1765-04-14
105201	PA		Lourenço de Ornelas	M	C	Indio(a)	Minas Gerais	1760-07-26
105387	PA		Lourenço de Ornelas	M	C	Indio(a)	Minas Gerais	1767-09-27
106164	PA		Lourenço de Ornelas	M	C	Indio(a)	Minas Gerais	1772-08-09
106600	PA		Lourenço de Ornelas	M	C	Indio(a)	Minas Gerais	1777-09-11
106197		PD	Lourenço de Ornelas	M			NÃO DECLARAD	1773-03-21
106514		PD	Lourenço de Ornelas	M			NÃO DECLARAD	1776-01-31
105563		PD	Lourenço Ornelas	M			NÃO DECLARAD	1770-02-25

Figura 7. Extração referente a Lourenço Dorneles na base de dados do NACAOB.

Na segunda coluna, a sigla PA está associada aos batismos onde Lourenço figura como pai. Já na terceira coluna, que corresponde à relação do indivíduo com o

evento, vemos as três ocasiões em que Lourenço foi padrinho. O código do batismo, na primeira coluna, permite que todas as informações do evento, como o nome da criança e dos demais participantes, sejam localizadas na tabela de batismos ou dentro do próprio software.

Porém, este recorte da trajetória de Lourenço no livro de “Índios, pardos e pretos” por si só já demonstra o apagamento de sua condição étnica quando o ocupa a posição de padrinho. Na coluna “Cor”, observamos que a designação “Índio(a)” só está associada ao indivíduo nos eventos onde o mesmo é pai. O mesmo método usado para Lourenço na tabela pode ser usado para identificar outros indivíduos indígenas cujas caracterizações mudam ou são apagadas ao longo dos registros.

Outra característica que se evidencia a partir da análise dos registros de batismo dos filhos de Lourenço de Ornelas é a importância que cumpria à sua família extensa na formação de sua rede de sociabilidade: em 75% dos casos, o que corresponde a 6 das 8 ocasiões em que levou um de seus filhos à pia batismal, Lourenço compadrou-se com um cunhado ou irmã, ou ainda com um filho de um destes, e mesmo seu pai serviu como padrinho para um de seus rebentos. Por outro lado, o próprio Lourenço atua como padrinho de filhos de indivíduos que foram caracterizados, em sua maioria, como índios (e um forro) – pessoas, portanto, que compartilhavam de um *status* social semelhante ao seu. Desta forma, a análise agregada destes eventos e de seus participantes permite-nos evidenciar regularidades, costumes e hierarquias presentes naquela sociedade que, embora não fossem o objeto original do registro, nos ajudam a compreender melhor as relações que aquelas pessoas estabeleciam.

Considerações Finais

Neste texto, buscamos apresentar algumas reflexões iniciais produzidas a partir de nosso trabalho com as fontes paroquiais da freguesia de Triunfo e sua transposição para a base de dados da plataforma NACAOB, tarefa que se encontra atualmente em andamento.

Conforme sugerimos no título de nossa exposição, temos como resultado mais imediato desta tarefa a criação de uma base de dados informacional que agrega informações dos indivíduos e eventos registrados da documentação eclesiástica daquela freguesia, sendo esta integrada a um projeto mais abrangente, que cobre uma diversidade de localidades situadas nos antigos domínios portugueses na América, avançando até o estabelecimento do Império do Brasil, no século XIX.

Em que pesem as dificuldades em se alcançar as alargadas pretensões do projeto “Além do Centro-Sul”, os resultados iniciais de nossos esforços têm sido promissores. Além da própria base de dados resultante destes 13 anos de trabalho, o projeto já rendeu extensa e qualificada produção, entre comunicações, *papers* e teses defendidas, trazendo contribuições para a área dos estudos populacionais e para o estudo das dinâmicas sociais e religiosas do Brasil, especialmente nos séculos XVIII e XIX. Mais

que isso, possibilitou o contato de número significativo de estudantes de graduação e pós-graduação com diferentes tipologias documentais, com destaque para os registros paroquiais, contribuindo dessa forma para a formação de recursos humanos em diferentes áreas do conhecimento, notadamente no campo da História.

Mas ainda existem, todavia, extensos desafios a serem superados em nosso horizonte. A descontinuidade das políticas públicas de financiamento, acompanhada pela precarização das condições de trabalho de pesquisadores e bolsistas, por exemplo, tem provocado interrupções no trabalho de alimentação da base de dados, que nos últimos anos tem sido realizada em grande parte através do trabalho de voluntários. Por outro lado, as limitações em termo de infraestrutura e tecnologia mantém a base de dados ainda restrita, na contramão de um dos objetivos do projeto, que é o de facilitar o acesso a essas informações a um público mais amplo. Maiores investimentos poderiam permitir, por exemplo, que as diferentes bases e planilhas de dados pudessem ser acessadas por todos pesquisadores interessados, independente da vinculação das pesquisas destes a uma localidade específica, e sem a atualmente necessária intermediação direta dos administradores da plataforma. Além disso, também poderiam possibilitar a divulgação das bases de dados em formatos adequados para a visualização por parte de estudantes e leigos interessados nas populações da América Portuguesa, como em um portal ou site específico do projeto, além, é claro, de oportunizar o engajamento de novos bolsistas para realizar o trabalho.

O próprio acesso às fontes documentais constitui, também, uma problemática a ser considerada. O acervo disponível na plataforma FamilySearch, além de contar com restrições de acesso, não abrange as diferentes regiões do Brasil de forma homogênea. Enquanto estados como o atual Rio Grande do Sul possuem milhares de imagens digitalizadas e disponíveis na plataforma, outras regiões do país não estão contempladas no site. A manutenção desses acervos em formato exclusivamente físico nos arquivos paroquiais espalhados pelo Brasil, por seu turno, implica em diversos problemas de conservação e acesso, limitando o alcance da iniciativa aqui descrita, além de constituir risco de extravio permanente dessa documentação – o que reforça a importância de iniciativas de digitalização e preservação.

Em que pesem tais desafios ou dificuldades, nos parece evidente que projetos de grande fôlego e abrangência como o presente podem trazer grandes contribuições para o avanço do conhecimento que temos sobre as populações do passado, especialmente por seu caráter integrado e horizontal. Por seu turno, o emprego das fontes paroquiais para o estudo dessas populações e suas diferentes formas de sociabilidade tem demonstrado nos últimos anos igual potencial exploratório, especialmente por alcançar estratos sociais e étnicos que frequentemente foram omitidos em outras tipologias documentais. Coordenar o esforço empreendido na digitalização destas fontes com metodologias que lancem um olhar atento para as diferentes dinâmicas e formas de hierarquização presentes naquelas comunidades poderá trazer ganhos

efetivos para o conhecimento histórico, além do evidente potencial para o avanço de nosso entendimento sobre a demografia daquele período, um dos focos principais do projeto “Além do Centro-Sul”.

A continuidade do trabalho e o avanço em novas frentes poderá contribuir para o estudo de temáticas pouco exploradas pela historiografia e pela área de estudos populacionais no mundo lusófono. Uma tipologia documental que recebeu menor atenção nessa área, por exemplo, são os registros de óbito, sendo esta uma documentação que também oferece diversas possibilidades de abordagem. Uma das aproximações possíveis seria utilizar os registros para o levantamento de *causas mortis* de uma localidade ou período, podendo estas, por sua vez, ser estratificadas por classe social, faixa etária, gênero, entre outros.

Estas informações poderiam ser úteis, também, para o estudo de epidemias, crises de escassez, ou para o levantamento de taxa de mortalidade infantil e comparação com regimes de natalidade. Por outro lado, a estratificação desses registros poderia possibilitar, ainda, identificar possíveis diferenças sociais das causas de mortalidade, permitindo reconhecer vulnerabilidades de certos grupos sociais e padrões característicos de óbitos relacionados à condição socioeconômica, jurídica, local de moradia, dentre outros.

Além destas, outra documentação que começa a ser explorada são as listas populacionais, estatísticas elaboradas pelo estado metropolitano português para melhor conhecer seus domínios. Essas fontes estatísticas eram igualmente ricas, trazendo informações a respeito da população das freguesias segmentadas por gênero, cor, idade e situação jurídica.

Portanto, o uso combinado destas com as fontes paroquiais possibilitam a realização de estudos comparados, além de ser uma forma de confrontar com os dados levantados nos assentos de batismos e óbitos. Ainda, é de se reforçar a importância da utilização cruzada dessas fontes, possibilitando a investigação de trajetórias individuais e familiares a partir da utilização de métodos onomásticos.

Finalmente, o advento das humanidades digitais, com suas diferentes ferramentas, programas e recursos em linha, é um fator que potencializa a capacidade de construção de redes de trabalho que possam levar estas tarefas adiante, podendo contribuir para a ampliação do acesso e disponibilização dos resultados desse trabalho. Fica demonstrado, portanto, que ainda há muito por fazer, mas também muitas possibilidades por explorar.

Referências

AQUINO, Israel (2019). *Redes de compadrio, hierarquia e interdependência social (Viamão – 1747-1773)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS. Dissertação de Mestrado. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197335>.

FARINATTI, Luis Augusto (2011). *Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na Fronteira Meridional (1817-1844): Primeiras notas de pesquisa*. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre. Disponível em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/farinatti%20luis%20augusto%20ebling.pdf>.

FLEURY, Michel; HENRY, Louis. *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'État civil ancien*. Paris: INED, 1965.

FREITAS, Fernando de Castro (1985). *Triunfo – História, Gente e Legendas*. Porto Alegre: Martins Livreiro.

GINZBURG, C.; PONI, C. (1989). O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; PONI, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, p. 169-178.

HAMEISTER, Martha Daisson (2011). *O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão*. Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre. Disponível em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/hameister%20martha%20daisson.pdf>.

KUHN, Fábio (2006). *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América – século XVIII*. Niterói: PPGH/UFF. Tese de Doutorado. Disponível em https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf.

MONTEIRO, John Manuel (1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

NADALIN, S.; SCOTT, D. (2017). Além do Centro-Sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América (projeto integrado). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 3, p. 649-657.

ROCCA, Luisa Durán (2009). *Açorianos no Rio Grande do Sul – Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS. Tese de Doutorado. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17918>.

ROWLAND, Robert. (1997). Regime demográfico e sistema familiar. In: ROWLAND, Robert. *População, Família, Sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Lisboa: Etnográfica Press. [Consult. 29 de setembro de 2021]. Disponível em: <http://books.openedition.org/etnograficapress/449>.

RUBERT, Arlindo (1994). *História da igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

SCOTT, Dário. (2013). *Manual de instalação e utilização do software NACAOB*. Campinas: UNICAMP.

SOARES, Mariza (2000). *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.